

Agosto Lilás

Não ter condições de sustentar os filhos que gostariam de ter é mais uma grande violência contra as mulheres

Página 4



UNICEFBRZ/Uslei Marcelin



DIA DOS PAIS E FERIADO

Empresas devem seguir regras das Convenções

Página 2



PAI COMERCIÁRIO

Trabalhadores do comércio enfrentam vários desafios

Página 3

VÉSPERAS DO DIA DOS PAIS

Comércio lojista tem funcionamento ampliado

Na sexta e sábado que antecedem o Dia dos Pais, comemorado em 11 de agosto, as lojas de Ipatinga podem funcionar conforme a tabela:

DIA	HORÁRIO	DIREITOS DOS COMERCIÁRIOS
09/08/24 (sexta-feira)	9h às 20h	Duas horas de intervalo para refeição e um lanche especial composto por pão, presunto, muçarela e refrigerante, ou o valor de R\$9,60 para custeá-lo, além do lanche normal previsto na Convenção Coletiva principal.
10/08/24 (sábado)	9h às 17h	Uma hora de intervalo para refeição e um almoço pago pela empresa, além do lanche normal previsto na Convenção principal.

As horas extras realizadas nesses dias serão somadas às horas feitas em outras datas comemorativas e, assim, o SECI negociará, junto com o horário especial de Natal, os dias de folgas que os comerciários terão para compensá-las. Porém, caso o empregado seja desligado da empresa antes dessa compensação, deve receber essas horas em dobro junto com o pagamento do acerto rescisório.

O horário normal do comércio de Ipatinga é de 08 às 18 horas, de segunda a sexta e de 08 às 12 horas aos sábados. Portanto, todas as empresas do setor lojista de rua que funcionarem fora desse horário, nas vésperas de datas comemorativas, mesmo que adotem sistema de turnos, estarão enquadradas no horário especial e deverão conceder as folgas que o SECI negociará.

Essas normas estão previstas na Convenção Coletiva de Datas Comemorativas 2024, assinada pelo Sindicato em abril deste ano. Esse documento pode ser lido na íntegra no site www.seci.com.br, no link Acordos. Em caso de descumprimento de qualquer cláusula, a empresa pode ser multada no valor de um salário comercial por empregado prejudicado.



FERIADO DE 15/08

Empresas do setor alimentício podem utilizar mão-de-obra desde que cumpram CCT

Supermercados, açougues, casas de carnes, mercearias, peixarias, varejões, sacolões, hortifrúteis e distribuidoras de gêneros alimentícios. Essas são as empresas autorizadas a utilizar a mão-de-obra de seus empregados no dia 15 de agosto, feriado municipal da Assunção de Nossa Senhora. O trabalho nesse dia só pode ser dentro do horário de 8h às 18h. Conforme a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de Feriados 2024, as empresas devem fechar até 17h45 para liberar os empregados até às 18h. Mas, para que o trabalho nesse feriado seja permitido, o SECI negociou o pagamento de uma remuneração extra a quem trabalhar. Essa remuneração é calculada de acordo com as horas trabalhadas e não pode ser menor que a garantia mínima, que é R\$127,80.

Percentual do salário do empregado	Horas trabalhadas no feriado
11%	7h01 min a 08h
10%	06h01 min a 07h
09%	05h01 min a 06h
08%	04h01 min a 05h

O SECI também garantiu na CCT o fornecimento de um almoço para quem for trabalhar mais de seis horas nesse dia. O intervalo para almoço deve ser de no mínimo uma hora e no máximo duas. Já quem tiver jornada menor que seis horas nesse dia, deve receber um lanche especial, composto por pão, presunto, muçarela e refrigerante, podendo ser substituído pelo valor de R\$10,00 (além do lanche normal previsto na CCT principal).

Os demais estabelecimentos comerciais, como lojas de rua e do shopping, estão proibidos de utilizar a mão-de-obra de seus empregados nos feriados. Caso a empresa não cumpra essa e outras regras da CCT de Feriados, pode ser multada no valor de um salário comercial por empregado prejudicado.

AGOSTO DOURADO

Sindicato luta pela valorização da amamentação

No dia 1º de agosto é celebrado o Dia Mundial da Amamentação. Mas durante todo o mês de agosto é feita uma campanha de incentivo ao aleitamento materno. Isso porque a amamentação traz diversos benefícios ao desenvolvimento infantil uma vez que ajuda a criar no bebê anticorpos para proteção contra alergias e diversas doenças. Além disso, esse momento traz benefícios também para a saúde da mulher (redução da chance de desenvolver câncer de mama, recuperação do peso, dentre outros), e ajuda a fortalecer o vínculo entre a mãe e o filho.



As comerciárias que amamentam podem utilizar o direito previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2023/2025, assinada pelo SECI. De acordo com a cláusula 38ª desse documento, é garantido à mãe comerciária dois períodos diários, de 30 minutos cada, para amamentar o próprio filho até que este complete seis meses de idade. Essa norma também prevê, no parágrafo único, a possibilidade da empregada acumular, se for da sua vontade, os dois períodos no início ou no fim da jornada diária de trabalho. Quem é lactante, nesse caso, não precisa participar dos horários especiais.

O SECI acredita que embora seja uma conquista, esse direito ainda é pouco perto do benefício que o aleitamento materno traz. Por isso, em todas as negociações coletivas volta a discutir o assunto com os representantes dos patrões para tentar ampliar o tempo de amamentação. Na última Pauta de Reivindicações, o SECI tentou aumentar o aleitamento para dois períodos de uma hora cada, até que a criança completasse um ano. Mas, a entidade patronal não atendeu a essa necessidade da categoria. O Sindicato continua na luta pela ampliação desse direito e acredita que as empresas que realmente são a favor da vida precisam colocar em prática esse valor, amparando as empregadas e seus bebês na busca de uma vida mais saudável e feliz.

ÚLTIMO MÊS DE PROMOÇÃO!

Sócios podem aproveitar descontos no Clube e Casa de Praia até 31/08

O **Clube dos Comerciários** ainda está com a promoção para os sócios que querem levar convidados. Até o fim de agosto, a taxa de manutenção para entrada de convidados do sócio é R\$25 (meia-entrada para crianças de 6 a 11 anos e pessoas com 60 anos ou mais), somente em dinheiro (não trabalhamos com Pix nem cartões). No Clube, o sócio, seus dependentes e convidados podem utilizar uma estrutura composta por piscinas, áreas de churrasco, campo soçaita, playground, estacionamento e lanchonete. A sauna é exclusiva para os sócios e seus dependentes. Para entrar no Clube, é preciso mostrar na portaria o cartão de sócio dentro da validade e os documentos dos dependentes e convidados.



A **Casa de Praia do SECI** também está em promoção até o dia 31 deste mês. A diária de quem vai se hospedar até essa data está no valor de R\$50, para o sócio incluindo seus dependentes. Para reservar é preciso apresentar o cartão de sócio do SECI atualizado e os documentos de quem vai se hospedar. A forma de pagamento é somente em dinheiro. A Casa de Praia do SECI fica em Guarapari (ES) a cerca de 500 metros da orla da Praia do Morro. Os quartos são equipados com TV a cabo, geladeira, ventilador, camas, banheiro e internet wi-fi. Na hospedagem, os sócios e seus dependentes ou acompanhantes podem utilizar a piscina e a área de churrasco.



SEJA SÓCIO DO SECI!

Ao fazer o seu cartão de sócio, você leva um encarte que traz um resumo dos benefícios de ser um filiado. Para se associar é preciso vir ao SECI (Av. 28 de Abril, 621, sala 302, no Centro de Ipatinga) e apresentar os seguintes documentos (impressos): RG, CPF, Carteira de Trabalho física ou digital (página de identificação e do contrato com a empresa), o último contracheque (exceto do adiantamento) e comprovante de endereço. Para incluir dependentes é preciso apresentar o RG ou certidão de nascimento de cada dependente, e a certidão de casamento ou de união estável, se for o caso. Já quem precisa apenas renovar, é preciso trazer o cartão de sócio e o último contracheque.

DIA DOS PAIS

Desafios da paternidade para quem trabalha no comércio

Pai da Sthefany, da Letícia, do Lucas, da Isabella e do Miguel. Apesar de ainda não ter completado os 50 anos, José Marcos de Lima já tem também quatro netos. Casado com Andréia e morador do bairro Vila Celeste, em Ipatinga, o comerciante tem criado sua família com as dificuldades que a maioria dos pais que trabalham no comércio conhecem. Para ele, o desafio maior é o tempo. “É sufocante, não conseguimos passar o devido tempo com nossos filhos”. Trabalhador do comércio há mais de 20 anos, ele atualmente é repositor de frios do Garcia Supermercados, onde está desde 2007. Não foi fácil para ele conciliar a jornada no supermercado, trabalhando em finais de semana, com o cuidado dos filhos menores. José Marcos é daqueles que faz questão de participar do dia-a-dia deles. Desdobrava-se para levar e buscar na creche, participar de reuniões, ajudar a arrumá-los, trocar, dar banho, comida, fazer dormir. Sempre quis dar tudo do bom e do melhor pra eles, coisa que o salário no comércio, infelizmente, não permite. “São muitas as dificuldades que nós, comerciários, enfrentamos no dia-a-dia. Vai desde uma refeição, que muitos patrões falam que não têm como fornecer, apesar de viverem investindo em construções e crescimento de suas propriedades. Sem falar também dos trabalhos precários, assédio moral, sem motivação no local de trabalho, onde o que importa para a maioria dos patrões é o lucro somente”.

Na busca de melhorar as condições de trabalho não só para si como também para outros trabalhadores que enfrentam as mesmas dificuldades, resolveu participar mais do Sindicato. Entrou para a diretoria do SECI em 2013. Uma das lutas que ele se envolveu foi para regulamentar o horário dos supermercados aos domingos. “O horário de funcionamento dos supermercados era até às 18, 20 horas e a Lei Municipal era desrespeitada, pois tinha que funcionar até, no máximo, às 13 horas. Graças ao Sindicato conseguimos obter êxito. Como diretor e pai, estarei sempre ao lado do comerciante para termos garantia dos nossos direitos e novas conquistas que nos levem a alcançar o nosso objetivo de uma sociedade justa e igualitária”. Focado nessa missão, José Marcos gosta muito de estudar e ler matérias que abordam temas relacionados aos trabalhadores. Estudante do último período do curso superior de Tecnolo-



gia em Logística, ele acredita que o melhor presente para muitos pais seria conquistar a redução da jornada sem redução de salários. Um item que o SECI sempre traz em suas pautas de reivindicações. “Assim teríamos mais tempo junto com a família e também para cuidar da saúde física e mental”, conclui. A partir do exemplo de comerciários como o José Marcos, o Sindicato parabeniza todos os pais trabalhadores, que colocam sua força, dedicação e amor para construir coletivamente um futuro melhor para todas e todos.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Sindicato reivindica reajuste de salário e demais itens econômicos

A atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que prevê as normas do comércio de Ipatinga é válida até 30 de setembro de 2025. No entanto, a cláusula 58ª desse documento prevê que em 1º de outubro deste ano ocorrerá um Termo Aditivo para correção dos salários e demais cláusulas econômicas. Nesse sentido, a comissão de negociação do SECI protocolou dia 31/07/24, na entidade que representa os patrões, uma carta reivindicando 13% de reajuste salarial. Esse também é o percentual reivindicado para as demais cláusulas econômicas, como abono, prêmio do comissionista, quebra de caixa, bonificação de casa-



mento, dentre outras. O Sindicato aguarda o andamento da primeira reunião. As novidades sobre essa negociação podem ser acompanhadas no site www.seci.com.br ou pelas redes sociais @secicomerciarioripatinga.

SECI NA CAMPANHA PELA TARIFA ZERO

Transporte público gratuito traz benefício para o comércio

Só dos comerciários não terem que gastar grande parte de seus salários com a passagem de ônibus já seria motivo suficiente para o Sindicato entrar na Campanha pela Tarifa Zero. Mas os benefícios desse projeto, caso seja implantado, não param por aí. Um dos grandes efeitos positivos que foram constatados nas cidades em que foi implantado o transporte coletivo gratuito é no setor do comércio.

De acordo com um estudo feito pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), nos municípios em que foi adotada a Tarifa Zero, houve um aquecimento significativo do setor econômico local. Esse foi o caso de Caucaia, uma cidade com 325 mil habitantes que fica no Ceará. O município afirma que essa medida gerou um aumento de 25% no faturamento do comércio e do setor de serviços, com acréscimo de 25% na arrecadação do município. O acréscimo nas vendas também foi sentido em Paranaguá, município com população estimada de 156 mil, localizado no Paraná. Além de celebrar uma redução de 40% no número de sinistros de trânsito, a cidade comemora um crescimento de 30% no comércio local. O estudo da NTU, publicado em abril deste ano, relata outros benefícios constatados em algumas das 106 cidades do Brasil em que foi implantada a Tarifa Zero em todo o sistema de transporte público por ônibus.

O SECI está convicto da importância dessa Campanha e empenhado. Além de participar da coleta de assinaturas nos bairros, continua convocando os comerciários, seus familiares e amigos, a assinarem o Projeto de Lei pela implantação da Tarifa Zero em Ipatinga. Para assinar, é preciso ser eleitor de Ipatinga e apresentar o título de eleitor. Outra opção é assinar pela internet, no link <https://abre.ai/kgiv>. A Tarifa Zero embora pareça improvável para muitos, é possível, tanto que já é realidade em mais de 100 cidades brasileiras. E agora é um momento oportuno, já que estamos em plena discussão da cidade acessível que queremos construir! Ter transporte público gratuito e de qualidade é um direito, assegurado na Constituição Federal. Venha você também lutar por mais esse direito! Participe!



CUT COMPLETA 41 ANOS

SECI participa da direção da maior Central Sindical da América Latina

Quando os comerciários de Ipatinga fundaram o Sindicato, não foi apenas para defender os interesses da categoria que trabalha no comércio. Tanto que, desde a sua fundação, é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Central que é a maior do Brasil, da América Latina e a quinta maior do mundo conta com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.

Mas não são os números de filiações que mostram a grandiosidade dessa Central. A sua história, que no dia 28 completa 41 anos, é a prova disso. Fundada em um período de reestruturação da sociedade brasileira, que viveu em regime militar até 1985, a CUT nasceu na teimosia e rebeldia, para combater todas as formas de opressão aos trabalhadores. Desde o início da sua história, em 1983, reúne trabalhadores e trabalhadoras de todas as atividades econômicas e regiões do país, para enfrentar as ameaças e ampliar os direitos trabalhistas.

A CUT está organizada com estruturas nacionais, estaduais e regionais. O SECI faz parte da direção da CUT Regional Vale do Aço, através dos diretores Clerilaine Moraes e Aurélio Moreira. A participação na CUT-RVA possibilita aos comerciários o desenvolvimento de ações que interferem na política nacional em defesa do trabalho decente e da qualidade de vida para todas e todos.



Interromper a gravidez nem sempre é uma escolha da mãe

As questões socioeconômicas quase sempre são determinantes

Solange tem 24 anos, mora na periferia, é negra, trabalha em casa de família e tem um casal de filhos. O pai das crianças se enveredou pelo mundo das drogas e ninguém sabe por onde ele anda. Há cerca de um ano, ela está em um novo relacionamento, cujo companheiro vive de bicos. Recentemente, ela descobriu que está grávida. Desde então, ela alimenta uma dúvida cruel que tira o seu sono: seguir seus princípios religiosos, deixar mais um filho nascer e incluir mais uma no grupo de 74% das crianças de dois a nove anos que não tem café da manhã, almoço e jantar todos os dias, como aponta um estudo feito pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Ministério da Saúde) ou abortar.

O drama da Solange é o mesmo que aflige grande parte das mulheres brasileiras, principalmente daquelas que moram nas periferias ou nas regiões mais pobres do Brasil. Isso, segundo dados levantados pela Universidade de Brasília (UnB), em 2021. De acordo com essa pesquisa, a maioria dessas mulheres é solteira, tem menos de quatro anos de estudo, renda familiar menor do que meio salário mínimo, não tem planejamento reprodutivo, não possui assistência médica adequada e vive com o medo. Essa é a realidade de mulheres jovens e adultas no Brasil que precisam recorrer ao aborto para interromper uma gravidez. Dentre as que abortaram, de acordo com a UnB, 74% delas são negras e moram nas regiões Norte e Nordeste.

Dados de 2021, divulgados pela Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), apontam que uma em cada sete mulheres de até 40 anos já fez um aborto. A estimativa é que, apenas em 2021, mais de meio milhão de mulheres interromperam uma gestação no Brasil. Sendo que mais de 80% delas têm uma religião, 26% delas se diziam evangélicas e 54% católicas.

Outra questão alarmante é que 52% das mulheres que tiveram que interromper a sua gravidez por algum motivo tinham menos de 19 anos. Patrícia Gonçalves, professora do Departamento de Ginecologia e Obstetria da Faculdade de Medicina da UFMG, argumenta que as meninas com menores

condições socioeconômicas e com menor escolaridade têm cinco vezes mais chances de engravidar do que as adolescentes que têm mais condições financeiras e de estudo. Muitas dessas adolescentes por não terem orientações adequadas, suporte da família, condições de continuarem os estudos ou até mesmo por terem que trabalhar desde muito novas, são as que mais vão sofrer com os impactos de uma gravidez. Dessa maneira, essa gravidez acaba por reproduzir as desigualdades sociais, além das de gênero, uma vez que as meninas são mais prejudicadas que os adolescentes que se tornam pais. A professora da Escola de Enfermagem da UFMG, Deborah Carvalho Malta, diz que as pesquisas realizadas por elas comprovam que há uma sequência de vulnerabilidades sofridas por essas meninas, seja pela gravidez em idade precoce, com implicações de doença e alto índice de mortalidade para elas e seus filhos, ou pela violência da qual podem ter sido vítimas.

Para a Estadunidense Michelle Oberman, professora de Direito da Universidade de Santa Clara, especialista em questões legais e éticas envolvendo gravidez, adolescência e maternidade, a interrupção de uma gravidez não passa por uma lei ou por questões religiosas. A professora afirma que “aborto não tem a ver com fato de ser legal ou ilegal no país em que você vive, mas com o quão pobre você é”. Ela cita o exemplo de El Salvador, país muito pobre, onde o aborto é proibido. No entanto, lá há, proporcionalmente, o dobro dos abortos que são praticados nos Estados Unidos. Naquele país as mulheres são muito pobres e nem sempre conseguem alimentar os filhos que já têm, muito menos arcar com as despesas de mais um. Então, a opção que lhes resta é o aborto, sendo ele legal ou não. Ainda de acordo com Michelle, pobreza é algo sobre o qual não se leva muito em conta quando se discute a criação de leis sobre o aborto. Para ela, tão importante quanto a mudança das leis é também a melhoria nas condições de vida das mulheres.

A professora cita a França como país que leva muito a sério a questão do aborto. Por isso, lá tem a menor taxa de aborto do mundo, a metade dos

casos que acontecem nos EUA. Isso porque os franceses atuam muito bem na prevenção. Lá, quando a mulher fica grávida sem ter planejado a criança, eles dão total apoio. A gestante tem à sua disposição um bom sistema público de saúde e acesso a bons médicos. Ela não precisa deixar seu emprego, se preocupar com quem vai cuidar da sua criança para ela trabalhar. Eles pensam em tudo, em alguns casos, o Estado fornece até dinheiro para compra de fraldas. Vale lembrar que na França o aborto é permitido desde 1975 e tem o apoio de 80% da população.

Esses especialistas confirmam o óbvio: a interrupção de uma gestação na maioria das vezes não é uma opção dada à mãe. Existe uma série de fatores, dentre eles, as questões sociais, econômicas, estruturais, que as levam a isso. Não ter condições de sustentar os filhos que gostariam de ter é mais uma grande violência contra as mulheres. O pior é que essa situação tende a se agravar, visto que existem vários projetos de lei no Congresso que têm como objetivo central obrigar a mulher a manter a gravidez, mesmo que ela não queira ou que não tenha condições de cuidar do filho que está por vir.

A missão do SECI é lutar por uma sociedade justa onde as condições socioeconômicas, educacionais, de políticas de saúde públicas e legais permitam a todas as mulheres trazer ao mundo quantos filhos e filhas elas quiserem e, mais do que isso, vê-los crescer saudáveis e em condições de vida digna.

FONTES DE PESQUISA:

<https://www.metropoles.com/brasil/quase-600-mil-criancas-de-0-a-4-anos-passam-fo-me-no-brasil-diz-pnad>
<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/07/aborto-e-evento-comum-na-vida-reproduti-va-de-mulheres-mas-ainda-carrega-estigmas>
<https://gtagenda2030.org.br/2020/12/07/o-brasil-vai-cumprir-as-metas-da-agenda-2030/>
<https://criola.org.br/saude-publica-pesquisa-mostra-que-mulheres-negras-e-pobres-do-norte-e-do-nordeste-sao-as-que-mais-realizaram-aborto-por-repeticao/>
<https://veja.abril.com.br/mundo/aborto-tem-a-ver-com-a-lei-mas-com-o-quao-pobre-a-gestante-e-#:~:text=%E2%80%9CAborto%20n%C3%A3o%20tem%20a%20ver%20com%20fato%20de%20ser%20legal,envolvendo%20gravidez%2C%20adolesc%C3%AAn-cia%20e%20maternidade.>